

RE no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.044 - SP (2019/0147074-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RECORRIDO : DOUGLAS SEBASTIAO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CRISTINA VICTOR GARCIA - DEFENSORA PÚBLICA -
SP235503
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. NOVA REDAÇÃO DADA AO ARTIGO 51 DO CÓDIGO PENAL PELA LEI FEDERAL Nº 9.268/1996. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. **OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 198):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE CUMPRIDA. PENA DE MULTA INADIMPLIDA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA - RESP N. 1.519.777/SP. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. "Extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública" (REsp 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGÉRIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 10/9/2015).

2. Agravo regimental desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 206/215), sustenta a parte recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve violação ao artigo 5º, inciso XLVI, "c", da Constituição Federal aduzindo, para tanto, que "ao

contrário do que decidiu o STJ, a natureza jurídica da multa não foi alterada com o advento da Lei nº 9.268/1996, permanecendo como modalidade autônoma de resposta penal".

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 232/238.

É o relatório.

Cinge-se a controvérsia vertida nos autos à questão da necessidade do pagamento da pena de multa para a extinção da punibilidade, com base na nova redação dada ao artigo 51 do Código Penal pela Lei nº 9.268/1996, estando o acórdão recorrido assim fundamentado:

Conforme constou na decisão agravada, a partir do julgamento do REsp n. 1.519.777/SP, recurso representativo da controvérsia, firmou-se, neste Sodalício, a tese segundo a qual "nos casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade", uma vez que a nova redação do art. 51 do Código Penal - CP trata da pena de multa como dívida de valor, que não possui o condão de constranger o direito à locomoção do apenado. (fl. 201)

Como visto, a análise da questão suscitada no presente Recurso Extraordinário perpassa, inexoravelmente, pelo exame do Código Penal e da Lei Federal nº. 9.268/1996, de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (**ofensa reflexa**), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal, em casos análogos aos dos autos:

Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Penal. Pena de multa. 3. Lei 9.268/1996, que deu nova redação ao artigo 51 do Código Penal, regula a forma como a pena de multa deve ser cumprida, sem lhe retirar o caráter de apenação criminal. 4. Conteúdo normativo da alínea c, inciso XLVI, da CF/1988 inalterado. 5. Ofensa reflexa. Matéria infraconstitucional. 6. Precedentes. 7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(RE 1023356 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 22/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-041 DIVULG 27-02-2019 PUBLIC 28-02-2019)

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO – MATÉRIA PENAL – ALEGADA VIOLAÇÃO AO PRECEITO INSCRITO NO ART. 5º, XLVI, “c”, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO – AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(RE 1139501 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 28/09/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-215 DIVULG 08-10-2018 PUBLIC 09-10-2018)

Ante o exposto, com espeque no art. 1.030, inciso V, do Código de

Superior Tribunal de Justiça

Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Vice-Presidente